

O ÚLTIMO PRESO POLÍTICO: JUVÊNIO MAZZAROLLO NO CREPÚSCULO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

Jacob Blanc¹

Resumo: De 1982 a 1984, o jornalista Juvêncio Mazzarollo foi preso sob a Lei de Segurança Nacional. Durante um período no qual o Brasil supostamente vivia um processo de democratização, a repressão injusta sobre Mazzarollo o transformou em símbolo das contradições da abertura. Conhecido como “o último preso político”, Mazzarollo exemplifica as complexidades da transição e aprofunda o nosso entendimento de como as forças populares – tanto nacionais como locais – negociaram e contestaram o processo de abertura.

Palavras-chaves: abertura; ditadura; preso político; greve de fome.

THE LAST POLITICAL PRISONER: JUVÊNIO MAZZAROLLO AND THE TWILIGHT OF BRAZIL’S DICTATORSHIP

Abstract: From 1982 to 1984 the journalist Juvêncio Mazzarollo was imprisoned under the National Security Law. During a period in which Brazil was allegedly undergoing a process of democratization, the repression of Mazzarollo became a symbol of the contradictions of the abertura. Known as “the last political prisoner,” Mazzarollo came to represent the complexities of this socio-political transition, and his story deepens our understanding of how popular forces—both at the local and national levels—negotiated and challenged the abertura process.

Keywords: Democratization; dictatorship; political prisoner; hunger strike.

O dia 6 de abril 1981 começou como qualquer outro no gabinete de *Nosso Tempo*, um jornal localizado em Foz do Iguaçu. Os três editores preocupavam-se em finalizar a edição daquela semana quando chegou um homem desconhecido, vestido de terno e gravata escuros. O homem apresentou-se como um agente da Polícia Federal e entregou uma carta

* Tradução: Jacob Blanc. Revisão Técnica: Carla Luciana Silva. Tradução baseada no texto original publicado em inglês como The last political prisoner: Juvêncio Mazzarollo and the twilight of Brazil’s dictatorship, *Luso-Brazilian Review*, v. 53, n. 1, p. 153-176, jun. 2016.

¹ Jacob Blanc é doutor em história pela Universidade de Wisconsin-Madison (EUA), com tese intitulada *The Price of Peace: Itaipu and the Meanings of Land and Opposition in Brazil, 1957-1984*. A pesquisa obteve apoio financeiro do Fulbright-Hays, Social Science Research Council IDRF, American Historical Association’s Beveridge Grant e da Fundação Tinker-Nave. E-mail: jacobblanc@gmail.com.

para Juvêncio Mazzarollo, um dos editores e principais jornalistas do *Nosso Tempo*. Mazzarollo tinha sido convocado para se reunir com um poderoso político local chamado Elias Kudsi e passou o resto do dia esperando ansiosamente mais instruções. Às 16 horas da tarde, Kudsi finalmente anunciou o encontro e Juvêncio foi rapidamente escoltado até a Delegacia Federal².

Filho de imigrantes italianos, o Juvêncio cresceu no Rio Grande do Sul e desde criança foi exposto às injustiças que existiam no campo brasileiro, tanto por ter trabalhado como agricultor ao lado da família como através da influência da teologia da libertação na igreja local. Sua primeira experiência pessoal com o regime militar aconteceu em 1968, quando foi preso e passou uma noite na cadeia por ter participado do encontro da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna, São Paulo. Na década de 70, Juvêncio trabalhou como professor em Medianeira, Paraná, mas foi demitido em 1978 pelos comentários que fez durante uma greve. O então governador do Paraná, Jaime Canet, tinha chamado os professores em greve de “subversivos”, ao que Juvêncio respondeu que “subversivo é o governador que não cumpre o que a lei trabalhista determina para o Magistério”. Desempregado e posto na lista negra do serviço público, Juvêncio passou dificuldades por dois anos até se mudar para Foz do Iguaçu, onde lançou com dois colegas um jornal político independente³.

Naquele dia em 1981, o jornalista com experiência de ativismo regional agora encontrava-se num prédio das forças repressivas nacionais, representantes de um Estado brasileiro governado por uma ditadura militar. Ao chegar à sede da Polícia Federal, Juvêncio foi colocado numa sala e verbalmente molestado pelo prefeito da cidade, um juiz local e um coronel chamado João Guilherme da Costa Labre – o comandante do 34º Batalhão de Infantaria Motorizado. Embora nenhuma acusação oficial tenha sido feita naquela noite, as autoridades logo acusariam Juvêncio de ter violado a Lei de Segurança Nacional (LSN) e jogariam-no na prisão no ano seguinte. Por quase dois anos, Juvêncio ficou preso e só foi libertado quando uma campanha de solidariedade internacional – juntamente com a realização de duas greves de fome – forçou o governo a conceder sua libertação. Durante esse período do fim da ditadura brasileira, nenhum outro jornalista foi

² Descrições desse encontro vem de *Nosso Tempo* 15/4/81, 6-7.

³ A informação biográfica foi fornecida pela Vilma Macedo em entrevista com o autor, 27/9/2014, Foz do Iguaçu, e DOPS Inf. p/JM-20 Cir. JD, 3/17/1982. In: 52-z-0-31.378, Arquivo Estadual de São Paulo.

O ÚLTIMO PRESO POLÍTICO: JUVÊNIO MAZZAROLLO NO CREPÚSCULO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

encarcerado. Depois de vinte anos do governo militar, Juvêncio Mazzarollo foi “o último preso político”.

Os historiadores têm quase totalmente ignorado o encarceramento do Juvêncio, mas é uma história que oferece contribuições significativas para o entendimento da ditadura brasileira e o processo da abertura. Juvêncio pode ter sido o *último*, mas certamente não foi o *único* preso político durante as duas décadas de regime militar; sob a ditadura, milhares de brasileiros foram presos, mortos, torturados, desaparecidos e reprimidos, incluindo muitos jornalistas. Nem era o mais famoso preso político no início dos anos 1980. O líder sindical e futuro presidente, Luiz Inácio “Lula” da Silva foi preso em 1980 sob a LSN, como foi também o ativista ambientalista Chico Mendes. A história do Juvêncio, no entanto, salienta-se pela sua posição na interseção de três forças distintas, mas altamente enredadas: os movimentos de oposição contra a ditadura, os programas de desenvolvimento do Estado brasileiro e os componentes burocráticos e populares da abertura. Assim, é essencial examinar porque, durante um período no qual o Brasil supostamente ia bem no seu caminho para uma abertura democrática, Mazzarollo permaneceu preso de 1982 até 1984.

Este artigo vai argumentar que Juvêncio foi preso por duas razões principais que iluminam as dinâmicas locais e nacionais do processo fragmentado da democratização. Em primeiro lugar, suas denúncias de tortura e corrupção das autoridades locais atraíram a ira da elite militar em Foz do Iguaçu, sobretudo o prefeito da cidade, o Coronel Clóvis Cunha Vianna e o supracitado coronel João Labre. Motivado pela abertura em andamento, Mazzarollo viu suas reportagens como pertencentes a um movimento maior da liberdade de imprensa e de oposição popular. A elite local, contudo, ainda não estava pronta para permitir estes novos espaços de crítica. Na sequência, eles iniciaram um processo criminal para proteger os privilégios aos quais se haviam acostumado ao longo das duas décadas anteriores. A repressão a Juvêncio era inicialmente um resultado de um embate de como a abertura foi experimentada e entendida localmente, mas ela se intensificou nacionalmente depois de uma segunda série de eventos.

No início de 1980, Foz do Iguaçu foi o epicentro do programa de desenvolvimento dos militares, sendo o local da hidrelétrica de Itaipu, o “projeto do século”, que foi considerado essencial para elevar o Brasil como um dos países mais avançados do mundo

(WHITE, 2010: 96) Durante a era global de megaprojetos e iniciativas faraônicas de desenvolvimento, Itaipu foi incomparável: a represa custou quase US\$ 20 bilhões, levou duas décadas para ser terminada, contendo ferro e aço suficiente para construir cerca de quatrocentas torres Eiffel, e acabaria fornecendo mais de 20% de toda a eletricidade utilizada no Brasil.

Para que Itaipu pudesse tornar-se uma realidade, o Brasil teve que primeiramente realizar uma série tensa e prolongada de negociações com o Paraguai e a Argentina sobre quem tinha o direito de produzir energia na região fronteiriça. Este impasse converteu-se em conflito sobre a soberania nacional e a luta para aproveitar do poder hidrelétrico do Rio Paraná tornou-se uma luta pela proeminência política e econômica no Cone Sul. Segundo Nilson Monteiro, Itaipu foi o catalisador do sucesso do Brasil em suplantando a Argentina como o maior poder na região (MONTEIRO, 2000: 10). Para o regime militar brasileiro, Itaipu foi muito mais que uma fonte de energia: foi a “joia da coroa” do seu programa de desenvolvimento, um farol nacionalista e um indicador da presença emergente do país no cenário internacional.

Entretanto, a construção da barragem e do seu reservatório exigiu o desalojamento de mais de 42.000 pessoas, um processo que inflamou um movimento de agricultores rurais que se mobilizaram contra Itaipu sob a bandeira de “justiça e terra”⁴. O movimento vinha crescendo desde o final dos anos 1970 e seu ápice foi em março de 1981, quando cerca de 1.000 agricultores marcharam até Foz do Iguaçu e montaram um acampamento em frente à sede de Itaipu que durou em torno de 54 dias. Juvêncio Mazzarollo e seu jornal apoiaram o protesto. Criticaram fortemente o prefeito Cunha Vianna tanto como o governo nacional pelo tratamento dado aos agricultores.

As denúncias anteriores de Juvêncio poderiam ser contidas como uma questão local, mas a atenção nacional trazida pelo movimento dos agricultores – a da centralidade da Itaipu à ditadura – impulsionou a elite de Foz do Iguaçu a silenciar o jornal *Nosso Tempo*. Foi neste momento, em abril de 1981, no auge do acampamento contra Itaipu, que Juvêncio foi abordado pela polícia. Ao longo dos próximos dois anos, o julgamento e encarceramento de Mazzarollo encarnaram as tensões e experiências do processo de

⁴ Num protesto anterior, em julho de 1980 na cidade de Santa Helena, a luta dos agricultores tinha adotado o nome do Movimento Justiça e Terra.

O ÚLTIMO PRESO POLÍTICO: JUVÊNIO MAZZAROLLO NO CREPÚSCULO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

abertura no Brasil. Para a elite local, a repressão do Juvêncio foi uma tentativa de exercer seu poder que vinha desaparecendo rapidamente. Para o governo nacional também, já que as reportagens feitas com os agricultores desviaram a atenção da narrativa triunfante sobre Itaipu que os militares esperavam deixar como um legado antes do retorno de um regime democrático. Para os grupos de oposição por todo Brasil, Juvêncio transcendeu seu papel como jornalista dissidente para tornar-se um símbolo coletivo pela democratização. Esta história é um exemplo revelador de como as redes sociais e políticas, os meios de comunicação e a solidariedade internacional foram usadas para catapultar certas campanhas à frente de debates públicos. Isso invoca o conceito do historiador Steve Stern da “legitimidade político-cultural”, “na qual a sociedade civil, tanto como a sociedade política, pretende validar e consolidar o seu programa específico” (STERN, 2010: 356). O julgamento e prisão de Juvêncio ocupou manchetes e debates nacionais e sua história está singularmente posicionada para elucidar estas dinâmicas da abertura que ainda não têm recebido a atenção acadêmica que merecem. Através da investigação destas perspectivas, este artigo revela a importância do “último preso político”.

Embora exista uma historiografia ampla sobre a oposição à ditadura brasileira, ela tende a concentrar-se na luta armada, nos partidos políticos, nos sindicatos e na Igreja⁵. Enquanto historiadores e ativistas começaram a reinterpretar o período da ditadura através de novas perspectivas, uma onda mais recente centrou-se na história de jornalistas e os meios de comunicação. Esses estudos amplificam a nossa compreensão do papel dos jornais de oposição durante o regime militar e das relações cívico-militares. Entre eles, vários examinam a resistência da mídia (KUCINSKI, 1991; AQUINO, 1999; MOLICA, 2005; REIMÃO, 2011) ou a questão da censura (PEREIRA, 1984; SMITH, 1997; KUSHNIR, 2004; ALMEIDA, 2006). Estes livros, na sua maioria, concordam que o período mais notável da repressão à mídia aconteceu entre 1968 – com a aprovação do Ato Institucional 5 – e 1975, quando o jornalista paulistano Vladimir Herzog foi preso, torturado e assassinado. Assim, a prisão do Juvêncio, quase uma década depois, obriga historiadores a expandirem sua periodização quanto à repressão imposta à mídia. Além disso, a criação de *Nosso Tempo* em 1980 sugere que, embora o papel dos jornais da

⁵ Para a história da luta armada, ver Moraes (1972). Três dos melhores livros sobre a oposição legal são: Alves (1985), Skidmore (1988) e Stepan (1988). Acerca da dimensão internacional da oposição, ver Green (2010). Por fim, quanto à oposição e a igreja, ver Serbin (2000).

oposição ao nível nacional tenha diminuído no final dos 1970 – o que Bernardo Kucinski chama “a institucionalização do jornalismo crítico” – em regiões como Foz do Iguaçu ainda existiam um espaço e uma demanda por uma mídia dissidente (KUCINSKI, 1991: xxvii). Historiadores interessados na mídia e nas expressões da resistência devem perguntar-se porquê Juvêncio foi preso tão tarde pelo regime militar.

A segunda, e de maior alcance, proposta deste artigo é utilizar o caso de Juvêncio com fins a reforçar a historiografia sobre a transição no Brasil durante o período do final da ditadura e o retorno à democracia. A maioria dos livros sobre a abertura concentram-se em procedimentos como as reformas de 1979 (que incluem a lei de anistia e a reforma partidária), as eleições de 1982 e a campanha pelas Diretas Já. Embora se tenha recebido menos atenção, o conflito de Juvêncio com a elite de Foz do Iguaçu e o apoio dele ao movimento dos agricultores exemplificam como a luta pela democracia foi experimentada ao nível local e em áreas longe das cidades principais do Brasil. O objetivo aqui não é exagerar o papel de Juvêncio no retorno da democracia, mas sim ilustrar como a abertura se desenvolveu regionalmente, um processo contestado e contraditório que é emblemático do que o James Green define como “o retorno *slow-motion* para a democracia” (GREEN, 2010: 321). Kucinski declara que a abertura foi um processo controlado que reafirmou a tradição brasileira de conciliação política entre as elites (KUCINSKI, 2001: 139) Casos como o de Juvêncio, contudo, complicam essa interpretação ao redirecionar nossa atenção para como as forças populares navegaram e moldaram a abertura por todo o país. Ainda se o papel das elites brasileiras fosse essencial no caminho pela democracia, as ações delas eram muitas vezes o resultado de batalhas travadas por baixo, como as dos escritores de *Nosso Tempo* e das lutas populares que eles apoiaram.

A pesquisa mais reveladora para este artigo vem do arquivo da Itaipu Binacional, um centro que, dado a sua importância ao regime militar, contém uma documentação extensa dos vários serviços de inteligência⁶. Esse material inclui arquivos do Serviço Nacional de Informações (SNI), da Polícia Federal e da segurança interna da própria Itaipu. Junto com pesquisa conduzida no arquivo de Itaipu e em outros arquivos no Paraná e no Rio de Janeiro, as matérias que informam este artigo foram conseguidas graças à generosidade de várias pessoas que disponibilizaram seus arquivos pessoais. Em particular,

⁶ A pesquisa nesse artigo foi levada entre julho 2013 e março 2015.

O ÚLTIMO PRESO POLÍTICO: JUVÊNIO MAZZAROLLO NO CREPÚSCULO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

os documentos pertencentes a Juvêncio foram compartilhados graciosamente pela viúva e filha dele, Vilma Macedo e Rebecca Mazzarollo. Também Aluizio Palmar – então coeditor de *Nosso Tempo* – deixou muito material disponível ao Centro de Direitos Humanos e Memória Popular localizado em Foz do Iguaçu⁷.

Finalmente, este artigo utiliza extensivamente o conteúdo e contexto de *Nosso Tempo*⁸. Por ser preso depois de que a abertura já estava bem encaminhada, Juvêncio foi autorizado a continuar a escrever de dentro da sua cela e de lá ele manteve uma coluna semanal em *Nosso Tempo* – um privilégio não estendido a jornalistas presos no início do regime militar. Isso oferece a oportunidade de analisar suas escritas antes, durante e após seu encarceramento. A produção elaborada no cárcere serve, portanto, como um registro histórico de um preso político, tanto como um comentário da mídia de oposição durante a abertura. Para expandir a questão além da perspectiva fornecida em *Nosso Tempo*, vários jornais de todo Brasil também foram consultados.

A partir de maio de 1983, *Nosso Tempo* começou de referir a Juvêncio como “o último preso político”, uma designação que foi usada pela imprensa nacional em dezembro seguinte quando a Lei de Segurança Nacional terminou oficialmente. Quando a LSN foi revogada, a maioria dos presos políticos no Brasil foram finalmente libertados. Esse processo beneficiou outros jornalistas que estavam na prisão ao mesmo tempo em que Juvêncio, inclusive quatro escritores do dissidente *Coojournal*, e o jornalista Ricardo Lessa de *Hora do Povo*, jornal ligado ao grupo revolucionário MR-8⁹. Vale notar-se que, em 2014 foram divulgados os resultados da Comissão Nacional da Verdade (CNV), uma investigação de crimes cometidos sob regime militar. Embora a CNV incluía listas das pessoas que foram torturadas, assassinadas e desaparecidas, não há um inventário dos presos políticos; por isso é impossível afirmar definitivamente que Juvêncio Mazzarollo foi “o último preso político”. Apesar da probabilidade de que Juvêncio tenha sido, de fato, o

⁷ Antes de trabalhar como um coeditor em *Nosso Tempo*, Aluizio Palmar foi membro do grupo revolucionário MR-8. No fim da década de 1960, Palmar foi preso e torturado pelo seu papel no MR-8 e foi liberado como parte da troca pelo embaixador suíço, Giovanni Bucher, que tinha sido sequestrado. Ele passou a maioria do seu exílio no Chile antes de voltar ao Brasil após a lei de anistia em 1979.

⁸ Deve notar-se que a coleção de *Nosso Tempo* agora existe em forma digital: <http://www.nossotempodigital.com.br/>

⁹ Os quatro jornalistas de *Coojournal* que foram libertados em 1983 foram Elmar Bones, Osmar Trindade, Rosvita Saueressig, e Rafael Guimarães (KUCISNKI, 1991: 219); quanto à Lessa, a informação decorre de correspondência com entre ele e o autor em 22 de fev. 2013.

último jornalista encarcerado sob a ditadura, é mais instrutivo concentrar-se nas dimensões mais simbólicas e politizadoras do seu título que havia sido assumido.

A designação de “último preso político” indica um significado profundo para uma nação em transição. Neste sentido, é menos importante que Juvêncio em particular fosse conhecido como o último prisioneiro depois de duas décadas de repressão. O significado reside no seu palavreado e no seu contexto: denominando Juvêncio como o *último* prisioneiro quase dois anos antes que os militares tenham cedido o poder implica uma consciência coletiva de que uma abertura era iminente. Como o último preso político em um país ainda governado por uma ditadura, Juvêncio Mazzarollo refletiu ao mesmo tempo um apelo da oposição e a promessa de uma nova ordem política.

***Nosso Tempo* entra na briga**

Nosso Tempo publicou sua edição inaugural em 3 de dezembro de 1980 com o objetivo de criar uma forma de denunciar as injustiças do regime militar. Na sua primeira edição, o editorial introduziu seus leitores aos pilares ideológicos do jornal:

“Nós, do *Nosso Tempo*, procuraremos fazer a nossa opção. Nós optamos pela liberdade. Consequentemente, buscamos a independência. Resistiremos até o limite [...] Ninguém poderá negociar conosco nossa opção. Nossos princípios não têm preço. Jamais faremos deste órgão de comunicação um carrasco de nossos princípios”¹⁰.

A meta de *Nosso Tempo* foi exposta na capa da sua primeira edição. Avultado sobre o título em negrito – “FÁBRICA DE CONFISSÕES” – havia um desenho de um homem nu, com as mãos amarradas, pendurado por seus tornozelos enquanto dois homens vestidos de sobretudo queimam o seu rosto com um cigarro aceso. O desenho mostrou o método de tortura chamado “pau de arara”, uma técnica amplamente utilizada por militares do Brasil. Para o caso de Juvêncio é fundamental destacar o fato de que, nas denúncias em *Nosso Tempo* contra a tortura feita pela Polícia Militar de Foz do Iguaçu, o único indivíduo referenciado foi o juiz militar, João Kopytowsky¹¹. Este certamente estava furioso por ter

¹⁰ *Nosso Tempo*, 12/3/80, 2.

¹¹ *Nosso Tempo*, 12/3/80, 4.

O ÚLTIMO PRESO POLÍTICO: JUVÊNCIO MAZZAROLLO NO CREPÚSCULO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

sido publicamente acusado de supervisionar a tortura e, efetivamente, ele foi um dos três homens presentes na convocação inicial de Juvêncio.



A capa da primeira edição de *Nosso Tempo*, publicado em 3 de dezembro, 1980

Conquanto a tortura fosse um tema central na publicação inicial de *Nosso Tempo*, críticas ao governo local e notícias sobre a luta dos agricultores deslocados se tornou rapidamente o foco principal do jornal. Já na sua terceira edição, *Nosso Tempo* deu uma cobertura de três páginas sobre as falhas da administração do Coronel Cunha Vianna. Escrevendo que seu jornal não queria “somente ser um órgão noticioso, mas também participar ativamente na vida do município”, Juvêncio Mazzarollo organizou uma mesa redonda na qual ele convocou líderes da oposição local para falar sobre Cunha Vianna. A impressão dada pelo relatório do Juvêncio era de um prefeito incompetente que não tinha o apoio da população. Dentro de alguns dias, o próprio Cunha Vianna contatou *Nosso Tempo* e pediu para ser entrevistado. Juvêncio aproveitou desta oportunidade e confrontou o prefeito sobre o abuso de fundos públicos, a sua priorização de Itaipu à custa dos residentes de Foz do Iguaçu e o fato de ser nomeado em vez de ser eleito diretamente por voto popular. Querendo melhorar a sua imagem pública, Cunha Vianna defendeu que a sua

função era de “dar casa, educação, água, rede de esgoto e de luz, asfalto a quem não tem”¹².

Um mês depois da entrevista com o prefeito, uma série de artigos revelou um caso preocupante de corrupção no governo municipal. *Nosso Tempo* obteve e publicou uma carta assinada pelo prefeito, em que autorizava a apreensão ilegal da propriedade e das finanças de um mecânico de Foz do Iguaçu chamado Valdir Catafesta¹³. Duas semanas após a publicação do alegado caso de corrupção, *Nosso Tempo* continuou sua crítica a Cunha Vianna, detalhando como ele tinha recentemente apresentado um pedido para ter seu título oficial alterado de “coronel” para “prefeito”, um fato que *Nosso Tempo* zombou sob o título de “Prefeito tem vergonha de ser coronel?”¹⁴. Juvêncio Mazzarollo e seu jornal haviam denunciado a elite local por tortura, corrupção e pelo desrespeito aos cidadãos de Foz do Iguaçu, mas até este ponto tinha publicado essas críticas sem nenhuma repercussão. Isso mudou em março de 1981, quando *Nosso Tempo* começou a cobrir o acampamento dos agricultores na periferia do canteiro de obras de Itaipu.

A represa hidrelétrica de Itaipu desalojou 42.444 brasileiros (11,42% da população total da região) e uma campanha surgiu no final dos 1970 para organizar os agricultores atingidos. Quando *Nosso Tempo* publicou sua edição inicial em dezembro de 1980, a luta contra Itaipu já existia como um movimento com reivindicações claras e uma base de apoio crescente. O primeiro protesto direto veio apenas uns meses antes da criação de *Nosso Tempo*. Em julho de 1980, os agricultores realizaram um acampamento que durou 16 dias na cidade paranaense de Santa Helena. Esse evento alçou a luta a uma audiência nacional e recebeu apoio difundido de sindicatos, organizações políticas e grupos sociais por todo Brasil. No final, o acampamento de Santa Helena obteve uma série de concessões de Itaipu, notavelmente um aumento de 75% nos preços de indenização pelas terras que seriam inundadas por Itaipu (GERMANI, 2003: 221).

No início de 1981 – dois anos antes da inundação da área – Itaipu tinha pago apenas 60% das indenizações prometidas. A luta contra Itaipu, que já havia assumido o nome oficial do “Movimento Justiça e Terra” (MJT), viu um aumento da militância dos seus membros. Com fins de reforçar a pressão sobre Itaipu, os agricultores começaram um segundo acampamento, a partir do dia 17 de março, justamente em frente ao canteiro de

¹² *Nosso Tempo*, 24/12/80 11.

¹³ *Nosso Tempo*, 25/2/81, 13.

¹⁴ *Nosso Tempo*, 11/3/81, 12.

O ÚLTIMO PRESO POLÍTICO: JUVÊNIO MAZZAROLLO NO CREPÚSCULO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

obras de Itaipu em Foz do Iguaçu. Desde os primeiros momentos do acampamento, existia a sensação de que iria durar muito mais tempo do que protesto anterior de Santa Helena. Nas palavras de um participante: “Jamais Itaipu imaginava passar este vexame. O Brasil e o mundo passarão a contestá-la muito mais do que o foi até hoje”¹⁵.

Foi nesse clima que o juiz Kopytowsky, o prefeito Cunha Vianna e o coronel Labre convocaram Juvêncio Mazzarollo ao edifício da Polícia Federal. Segundo o relatório do próprio Juvêncio, a reunião desdobrou-se rapidamente numa série de insultos contra Juvêncio e o trabalho do *Nosso Tempo*. Contando os acontecimentos daquela primeira reunião, Juvêncio identificou a importância do acampamento Terra: “Naquela semana os agricultores desapropriados por Itaipu haviam acampado em Foz do Iguaçu e a situação na cidade era bastante tensa. Eles pediram ajuda, e o coronel Labre recusou. O jornal dava total cobertura ao movimento dos agricultores”¹⁶. Os generais criticaram a linha editorial de Juvêncio e o ameaçaram com punição legal se o jornal continuasse sua cobertura noticiosa¹⁷. Aparentemente imperturbável face a essas ameaças, *Nosso Tempo* manteve o seu apoio aos agricultores e condenou as ações do governo local, principalmente por ter usado a polícia contra o acampamento e por ter interrompido o abastecimento de água¹⁸.

Nesse primeiro instante, nenhuma acusação oficial foi registrada contra Juvêncio, mas três dias depois, em 9 de abril, ele e seus coeditores, Aluizio Palmar e João Adelino de Souza, foram acusados de ter violado o artigo 14 da Lei de Segurança Nacional. O artigo 14 estipulava que era um crime “divulgar notícia falsa ou tendenciosa, ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo contra as autoridades constituídas”¹⁹. Com tanta coisa em jogo, não é difícil entender as razões pelas quais Juvêncio foi considerado uma ameaça por parte das autoridades, como o prefeito Cunha Vianna, o coronel Labre e o juiz Kopytowsky.

O inquérito foi aberto pelo 5º Tribunal Militar Regional e exigiu que os três editores fossem à delegacia de Foz de Iguaçu para fazer declarações. Com acusações oficiais apresentadas contra eles, os editores de *Nosso Tempo* usaram as páginas de seu jornal para denunciar o Estado brasileiro e prometeram defender a sua liberdade de expressão face à

¹⁵ *Nosso Tempo*, 18/3/1981, 7.

¹⁶ *Nosso Tempo*, 30/7/82, 6.

¹⁷ Amnesty International, Document AMR 19/14/82. Fonte: acervo da família Mazzarollo.

¹⁸ *Nosso Tempo*, 4/7/81, 15.

¹⁹ O texto do Artigo 14 da LSN reproduzido em *Nosso Tempo*, 7/10/82, 2.

Lei de Segurança Nacional. O editorial publicado depois do início da investigação observou que, “Depois das revelações que vamos fazer aqui, quem ainda pensar que o inquérito aberto contra este jornal com vistas a enquadrá-lo na Lei de Segurança Nacional é justo, é porque está louco ou comendo conscientemente pedras por manteiga”²⁰. Em reação ao fato de ser detido, Aluizio Palmar disse simplesmente: “Que abertura é esta?”²¹.

Uma das questões centrais que preocuparam Juvêncio durante este período foi a razão de as autoridades terem selecionado o *Nosso Tempo*. Se o governo pensou que seu jornal era um veículo da política subversiva, ele queria saber, “Por que não perseguem e tentam destruir outros militantes da imprensa que não são jornalistas e estão completamente à vontade para puxar o saco de autoridades e poderosos?”²². Quando foi lançado, *Nosso Tempo* foi só um de uma multidão de jornais da oposição e não parecia ter muita influência fora do sudoeste do Brasil. O historiador Thomas Skidmore observa que a censura da imprensa e a repressão gerada pelo AI-5 estimulou o surgimento de um novo gênero de publicações na década de 1970 a qual *Nosso Tempo* seguiria: o semanário político (SKIDMORE, 1988: 187). Estes semanários políticos formaram a base da imprensa alternativa que, entre 1964 e 1980, incluiu mais de 150 jornais de oposição. Bernardo Kucinski divide a imprensa alternativa em três setores: as “satíricas” como *Pasquim*, *Bondinho*, *Ex* e *Versus*; os “jornalistas”, como *Coojornal* e *Repórter*; e os “revolucionários”, que foram ligados a organizações políticas como *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo*. Kucinski destaca a agudeza política da imprensa alternativa, contrastando com a complacência diante da ditadura por parte dos principais jornais, dizendo que a mídia de oposição fez denúncias firmes de tortura e violações de direitos humanos, junto com críticas às políticas econômicas ao governo (KUCINSKI, 1991: ix- xiii).

Apesar do crescente conflito entre Juvêncio Mazzarollo e as autoridades brasileiras, *Nosso Tempo* e seus editores alcançaram uma grande vitória apenas três meses depois de as acusações terem sido apresentadas contra eles. No dia 22 de julho de 1981, Darcy Rissetti, um juiz do 5ª Tribunal Militar Regional em Curitiba rejeitou as acusações originais contra os três. Considerando que um veredicto de culpabilidade nos termos do artigo 14 da LSN levaria a uma penalidade de até dois anos de prisão, a decisão do juiz Rissetti parecia ser

²⁰ *Nosso Tempo*, 15/4/81, 2.

²¹ *Nosso Tempo*, 15/4/81, 7.

²² *Nosso Tempo*, 15/4/81, 2.

O ÚLTIMO PRESO POLÍTICO: JUVÊNIO MAZZAROLLO NO CREPÚSCULO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

um momento decisivo para os jornalistas de *Nosso Tempo*. Esta sensação de triunfo, no entanto, foi revertida menos de dois meses mais tarde, quando novas acusações foram feitas; só que agora Juvêncio foi o único a ser acusado. Foi essa nova acusação que levaria Juvêncio à prisão no ano seguinte.

Escolhido Juvêncio por causa da sua “periculosidade”, esta segunda série de acusações foi novamente feita sob a Lei de Segurança Nacional, mas além de invocar o mesmo artigo 14, Juvêncio agora estava sendo acusado também de ter violado os artigos 33, 36 e 42²³. Combinadas, as acusações davam vazão a uma possibilidade de vinte anos na prisão. As acusações que anteriormente foram feitas contra os três editores eram baseadas em eventos e percepções gerais – ambiguidade que ajudou que fossem rejeitadas em julho. Mas, naquele momento, a denúncia contra o Juvêncio foi baseada especificamente em um artigo que ele publicou em *Nosso Tempo* no 29 de julho de 1981, intitulado “Não se tira leite de vaca morta. Você não pode ordenhar uma vaca morta”. O artigo incluía fortes críticas ao regime militar, embora não fosse mais incendiário ou radical do que qualquer outro dos ensaios anteriores do Juvêncio²⁴. No entanto, o artigo foi usado pela investigação militar para acusar Juvêncio de ter cometido atos violentos contra a regime com fins de incitar a subversão²⁵.

O que pode ser inferido sobre essa segunda série de acusações contra Juvêncio Mazzarollo? Era seu artigo de 29 julho tão provocante que merecesse uma investigação criminal? Uma análise breve de outros jornais durante este mesmo período revela que vários jornalistas brasileiros desafiaram o regime militar sem sofrer repressão. Um exemplo de 1978 mostra como a liberdade de imprensa tinha avançado desde o início da ditadura. Investigando a história de uma bomba que explodiu nos escritórios do jornal *O Estado de São Paulo* dez anos antes, um jornalista de oposição chamado Luiz Alberto descobriu que, embora o governo tivesse inicialmente acusado um grupo de revolucionários pela explosão, na realidade o ato havia sido planejado pelas Forças Armadas sob os auspícios do AI-5. Nem Alberto nem seu jornal receberam qualquer forma de perseguição por terem revelado a violência do governo e o encobrimento subsequente (CHINEM, 2004: 18). Segundo Joan

²³ *Nosso Tempo*, 30/9/81, 8.

²⁴ O artigo detalhou as opiniões do Juvêncio quanto aos problemas do regime militar e a necessidade de se retornar a um governo democrático.

²⁵ *Nosso Tempo*, 30/9/81, 6.

Dassin, o teste mais importante da liberdade de imprensa durante este período foi a cobertura em 1981 do atentado ao Riocentro, um plano dos militares de ultradireita para incitar um contragolpe que pudesse retroceder a abertura. Em resposta ao Riocentro, “novas técnicas de reportagem foram desenvolvidas sobre o assunto” e um jornalista brasileiro chegou a afirmar que a imprensa “passou com distinção” (DASSIN, 1984: 396).

Pouco foi feito quando jornalistas revelaram atentados do governo e histórias de tortura e sequestros, mas quando Juvêncio Mazzarollo criticou à elite militar de Foz do Iguaçu e se tornou um líder de notícias sobre Itaipu, foi jogado na cadeia. Uma avaliação do julgamento de Juvêncio revela que, ao contrário das alegações oficiais das forças repressivas, as acusações feitas contra ele tinham muito pouco a ver com seu artigo de 29 de julho. Ao invés disso, elas foram o produto de interesses locais e nacionais que colidiram em um dos momentos mais delicados da transição para a democracia.

A liberdade de expressão posta à prova

O julgamento do Juvêncio Mazzarollo começou em 11 de novembro de 1981 e não foi concluído até 27 de junho do ano seguinte. O julgamento foi uma exposição das tentativas dos militares de confrontar as forças de oposição nos anos finais de seu regime e tinha implicações profundas no que se referia à abertura. Jornalistas de dois dos principais jornais do Brasil, *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, estiveram presentes durante todo o julgamento e mantiveram o país bem informado dos procedimentos²⁶. Esta presença da mídia mostra que, embora Juvêncio tivesse começado como uma voz solitária cobrindo o movimento dos agricultores, o julgamento dele ajudou a converter a luta contra Itaipu em tema nacional.

Conduzida pelo advogado René Dotti, a defesa de Juvêncio citou a cobertura de *Nosso Tempo* sobre o conflito em Itaipu para argumentar que, em vez de defender uma política dos sediciosos, o jornal foi simplesmente tomando o lado de um movimento social popular. Conforme um relatório de *Nosso Tempo*, de todas as questões levantadas durante o julgamento, o tema de Itaipu foi “amplamente exposto. O movimento dos agricultores

²⁶ *Nosso Tempo*, 30/7/82, 8.

O ÚLTIMO PRESO POLÍTICO: JUVÊNIO MAZZAROLLO NO CREPÚSCULO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

desapropriados por Itaipu, foi o mais profundamente analisado”²⁷. Esta estratégia de defesa indica que o apoio público aos movimentos sociais como a luta dos agricultores tornou-se tão normal nesta fase da abertura que os artigos de Juvêncio eram plenamente aceitáveis e justificados. Muito além de ser um radical, a defesa de Juvêncio procurou retratá-lo como qualquer outro brasileiro durante esta época de transição.

A segunda estratégia da defesa colocou os artigos do Juvêncio numa lógica da política contemporânea. Para refutar a alegação de que *Nosso Tempo* publicasse materiais subversivos, o advogado do Juvêncio leu em voz alta a plataforma do Partido Democrático Social (PDS), do partido pró-governo ARENA. A defesa mostrou que os escritos do Juvêncio pareceriam não tão divergentes das posições do PDS. Nesta linha de argumentação, a política de Juvêncio não só estava muito longe de ser revolucionária, mas até compartilhava certas posturas com o maior partido de direita. Uma última tática de defesa foi a de implicar a elite militar de Foz do Iguaçu, sendo que advogado Dotti declarou que a repressão a Juvêncio foi “motivada por uma animosidade pessoal” do Coronel Labre²⁸.

Muitos fora do tribunal também compartilharam dessa opinião. No Congresso Nacional, um deputado pelo Estado do Paraná, Osvaldo Macedo, fez um discurso intitulado “Três Exemplos de sabotagem à abertura de Figueiredo”, no qual ele atacou os abusos de poder cometidos pelo coronel Labre. Declarando que o Labre só procurava a “satisfação desse personalismo desvairado”, Macedo implorou ao Presidente e aos deputados presentes para que defendessem Juvêncio e honrassem a promessa da democracia, concluindo que, “A lei é a lei. Um coronel é apenas um coronel”²⁹.

As implicações maiores do julgamento do Juvêncio só podem ser compreendidas se analisadas a partir da perspectiva de Itaipu. No fim dos anos 1970, Juvêncio já era um dissidente conhecido, tendo escrito vários artigos criticando a construção de Itaipu e seu tratamento às comunidades locais³⁰. Por isso, o lançamento de *Nosso Tempo* foi

²⁷ *Nosso Tempo*, 30/7/82, 8.

²⁸ *Nosso Tempo*, 7/10/82, 2.

²⁹ Uma cópia desse discurso foi enviado a Juvêncio pelo Deputado Macedo, junto com uma nota pessoal que indica o seu desejo de que “as ameaças que sofrem o jornal se limitem apenas à arrogância do coronel e aos ressentimentos do Juiz”. Fonte: acervo da família Mazzarollo.

³⁰ Por exemplo: “Itaipu: o preço desumano do progresso”, *Hoje*, 12/4/1979. Mais importante mesmo foi a publicação em 1980 do livro sobre o acampamento de Santa Helena, *A taipa da injustiça: Itaipu x agricultores expropriados*.

considerado uma ameaça e o serviço de segurança interna de Itaipu advertiu o comitê executivo que “materiais subversivos” logo circularam por toda a região³¹. As preocupações de Itaipu parecem ter sido corretas, e várias das edições iniciais de *Nosso Tempo* dedicaram muita cobertura ao movimento dos agricultores. Este foi um momento particularmente delicado para Itaipu, porque a Binacional teve de lidar com as consequências de um artigo na revista norte-americana *Time* – publicado no mesmo dia do início do acampamento em Foz do Iguaçu – que alegava a existência de corrupção massiva por parte do diretor de Itaipu, o general José Costa Cavalcanti³². Com a sua imagem pública posta em dúvida, as autoridades de Itaipu tornaram-se ainda mais preocupadas com Juvêncio Mazzarollo e seus apelos crescentes por uma ação mais radical dos agricultores e dos seus aliados. De fato, registros confidenciais revelam que foi realizada uma reunião a 14 de julho entre o diretor jurídico de Itaipu, Paulo da Cunha, e o então Ministro da Justiça³³. Nesta conversa, foi decidido que o SNI iria acumular informações para construir uma acusação contra o jornal e que o general Cavalcanti deveria envolver a Justiça Federal com fins de acusar os editores de *Nosso Tempo* sob os auspícios da LSN.

Dois dias depois da reunião secreta entre Itaipu e o Ministro da Justiça, Juvêncio publicou um artigo intitulado “Quando a violência se justifica”, que certamente obrigou as autoridades a tomarem medidas mais contundentes³⁴. Esta conjectura é sustentada por uma série de memorandos do SNI enviados diretamente ao general Cavalcanti no mês seguinte, nos quais foi sugerida uma ação legal imediata se o tom político do jornal não se alterasse. Mais notável ainda é o fato de que na conferência jurídica anual, realizada ao fim de 1981, dos 41 itens variados presentes na agenda, a questão do Juvêncio Mazzarollo foi a única marcada como “confidencial” e “*out of record*” – não se registrando nenhum detalhe sobre o que exatamente havia sido discutido³⁵. Adicionalmente, as atas de uma reunião confidencial organizada conjuntamente pelo SNI e pela Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) revelam que, em geral, Itaipu estava muito satisfeita com a campanha

³¹ Memorando confidencial. Itaipu Binacional, Informação No. E/AESI.G/1B/BR/0061/80. 19/11/1980. Fonte: Centro de Documentação Itaipu Binacional, Foz do Iguaçu (doravante CDIB).

³² Christopher Byrons, Jonathan Beaty, & Gisela Bolte. “Big Profits in Big Bribery.” *Time*. 16/3/1981, 60-65. Os autores alegam que Itaipu recebeu até US\$ 140 milhões em subornos de companhias europeias.

³³ Informação No. 224/81/03/DSI/MJ; SNI ACE.18410/81, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Esses documentos – junto com milhões mais do regime militar – estão disponíveis graças ao projeto “Memórias reveladas”, do Ministério de Justiça.

³⁴ *Nosso Tempo*, 6/5/1981, 2.

³⁵ Itaipu Binacional. I/AJ.ADV/0153/81. Microfilme R3530.1075-1083. 10/6/1981. Fonte: CDIB

O ÚLTIMO PRESO POLÍTICO: JUVÊNIO MAZZAROLLO NO CREPÚSCULO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

do seu departamento de Relações Públicas. A única exceção, no entanto, ainda foi *Nosso Tempo* e seus escritores que continuavam a publicar artigos cheios de “insultos e provocações às autoridades e órgãos governamentais, [sobretudo] Itaipu Binacional”³⁶. Assim, enquanto Itaipu e seus colaboradores na ditadura pudessem celebrar uma imagem pública geralmente positiva, Juvêncio Mazzarollo manteve-se como um irritante problema persistente.

A cronologia da acusação feita a Juvêncio e as evidências presentes nos documentos supracitadas indicam que era extremamente provável que uma colaboração de forças locais, oficiais militares e administradores de Itaipu quisessem silenciar *Nosso Tempo* e pressionassem o Supremo Tribunal Militar a agir de acordo. O que provavelmente tinha começado como uma vingança das elites locais logo se fundiu com os interesses nacionais da ditadura. Deste modo, o julgamento de Juvêncio em 1982 ocorreu com muito em jogo para todos os envolvidos.

Depois de quase sete meses de testemunho, de argumento e de deliberação, um veredicto foi entregue às 14h da tarde do 27 de junho 1982. Quanto às acusações sob os artigos 14, 36 e 42 da LSN, Juvêncio Mazzarollo e *Nosso Tempo* foram considerados por unanimidade inocentes. Sob a acusação do artigo 33 da LSN, no entanto, Juvêncio foi, de fato, julgado culpado – e também por decisão unânime. O artigo 33 se referia às ofensas contra as autoridades governamentais e levava à possibilidade de até quatro anos de prisão. No caso do Juvêncio, ele foi condenado a apenas um ano de prisão, o que seria seguido por dois anos de liberdade condicional³⁷. Segundo um relatório, a leitura do veredicto de culpabilidade provocou um silêncio chocante no público. Em seguida, um tenente-coronel pediu ao público para que esvaziasse o tribunal, o que levou às lágrimas algumas pessoas na galeria. Mais tarde, Juvêncio foi escoltado até a prisão em Piraquara³⁸. Juvêncio Mazzarollo, um homem que colegas descreveriam como “tímido, mas corajoso”, chegou à prisão por criticar um governo que, em teoria, já estava em processo de transição para uma sociedade aberta e democrática³⁹. Um editorial em *Nosso Tempo* enfatizou a contradição entre os gestos do governo e a prisão de um jornalista: “A mordomia, a corrupção, a

³⁶ E/AESI.G/IB/BR/056/81. 11/30/1981. Cortesia de Aluizio Palmar.

³⁷ “Mazzarollo condenado na LSN”, *O Estado do Paraná*, 6/23/1982. Fonte: acervo da família Mazzarollo.

³⁸ *Nosso Tempo*, 7/10/82, 2.

³⁹ Werner Fuchs, entrevista com autor, 13/7/2013. Curitiba.

roubalheira estão sendo diariamente noticiadas pela imprensa e por políticos dignos, sem que os responsáveis recebam punição. Juvêncio Mazzarollo, que ousou denunciar isto tudo, está atrás das grades⁴⁰.

A justificação oficial da prisão do Juvêncio tornou-se complicada por eventos nacionais que sinalizavam uma reabertura gradual das liberdades políticas. Uma onda de militância da classe trabalhadora entre 1978 e 1980 viu mais de 4.000.000 de trabalhadores entrarem em greve, um período catalisador da oposição que a historiadora Maria Helena Moreira Alves identifica como evidência de quando “as pessoas começaram a perder o medo do governo militar” (ALVES, 1989: 295). Enquanto movimentos sociais mantiveram pressão popular sobre o estado militar, outros setores também se mobilizaram para alcançar certas exigências estruturais. Começando no final dos anos 1970, o esforço de partidos políticos de esquerda aumentou suficientemente para forçar o governo a realizar novas eleições. Em 15 de novembro de 1982, todos os partidos legalmente reconhecidos – isto é, aqueles que tinham formado diretórios em 20% de municípios – foram autorizados a apresentar candidatos para as Assembleias Estaduais, para as Câmaras de Vereadores, assim como para Prefeito, Governador e ao Congresso Nacional.

Esta eleição foi um passo crucial em direção ao retorno completo a um regime democrático, e quase 55 milhões de brasileiros foram às urnas para escolher cerca de 400.000 candidatos (ALVES, 1985: 221). Tão importante quanto o fato de que muitos participassem das eleições foram os resultados em si: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foi eleito para os governos de São Paulo e de Minas Gerais e também recebeu 43% dos votos totais. Esses resultados representaram uma grande vitória da oposição política⁴¹. Além disso, Leonel Brizola, que recentemente havia voltado do exílio, foi eleito governador do Rio de Janeiro. A importância das eleições de 1982 era inquestionável e, segundo James Green, os “resultados sugerem que os dias da ditadura estavam quase acabados” (GREEN, 2010: 349). Enquanto os partidos de oposição comemoravam vitórias eleitorais, e trabalhadores por todo Brasil mobilizavam-se para recuperar os seus direitos democráticos, Juvêncio Mazzarollo permaneceu trancado numa prisão.

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ *Nosso Tempo*, 15/1/83, 12.

O ÚLTIMO PRESO POLÍTICO: JUVÊNCIO MAZZAROLLO NO CREPÚSCULO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

Poucos meses depois que Juvêncio foi preso, as terras ao redor de Itaipu foram inundadas e, durante 14 dias, 29 bilhões de metros cúbicos de água jorraram na área do reservatório da futura barragem, formando um lago artificial que cobria 1.350 quilômetros quadrados de terra entre o Brasil e Paraguai⁴². Em apenas duas semanas, uma paisagem de terras exuberantes que sustentaram milhares de famílias desapareceram sob a água. Apesar das vitórias do Movimento Justiça e Terra (notavelmente um aumento do preço da terra de ordem de 62%), mais de 600 famílias atingidas não receberam qualquer compensação. Por isso, mesmo com a inundação do reservatório, uma luta popular persistiu   sombra da Itaipu. Tanto a situa o dos agricultores, como a prisão de Juvêncio sugerem que, embora muitas liberdades tivessem sido recuperadas no início da década de 1980, os frutos da abertura não haviam sido compartilhados por todos os brasileiros.



Fonte: acervo da família Mazzarollo

⁴² Da  rea inundada pela forma o do reservatório de Itaipu, 780 km² correspondia ao território brasileiro e 570 km² situava-se no lado paraguaio (RIBEIRO, 2002: 27).

Apesar de ter visto seu colega jogado na prisão por criticar o governo, na sequência do veredicto de Juvêncio os editores de *Nosso Tempo* aumentaram as suas críticas e a sua cobertura dissidente. Em 1983, por exemplo, 30 das 42 edições de *Nosso Tempo* (71%) possuíam capa que denunciava a política dos militares ou continha uma manchete relativa à luta dos agricultores ainda em andamento. Esta persistência não passou despercebida por Itaipu e pelos militares; um relatório do SNI reconheceu que *Nosso Tempo* “continua baseando-se nas seguintes características: opinativo, procura ser sensacionalista, adota linguagem característica da imprensa alternativa e publica matérias de caráter contestatório”⁴³. Então, ao invés de aquietar a sua postura contra a ditadura, *Nosso Tempo* dedicou ainda mais energia para cobrir os mesmos temas que haviam levado Juvêncio à prisão.

A onda de solidariedade e apoio a Juvêncio se deu em paralelo ao movimento de oposição a nível nacional. O “Comitê pela Liberdade de Juvêncio Mazzarollo” foi formado 24 horas após o anúncio do veredicto de culpabilidade e na manhã seguinte a União dos Estudantes do Paraná organizou uma manifestação em Curitiba. Caminhando pela Boca Maldita, o protesto denunciou o veredicto como “uma violação da liberdade de imprensa e de expressão”. Pela tarde mesmo, grafites foram espalhados por Curitiba e Foz do Iguaçu declarando: “Abaixo a Lei de Segurança Nacional!” e “Liberdade para Juvêncio!”⁴⁴.

A prisão do Juvêncio tornou-se emblemática da luta mais ampla contra o regime militar, e cartas de solidariedade chegavam de todo o Brasil que identificavam-no como um símbolo da promessa democrática do Brasil. Depois de cinco meses na cadeia, Juvêncio foi visitado pelo proeminente advogado Dalmo Dallari, que disse que “Mazzarollo, condenado pela LSN, é participante ativo do processo político brasileiro e sua coragem está sendo admirada em todo o Brasil, tendo seu nome se transformado numa bandeira para os que querem a democratização no país”⁴⁵. Outros grupos contrastaram explicitamente a repressão a Juvêncio com o suposto retorno das liberdades políticas. A Frente Nacional do Trabalho declarou que, “A sua prisão é mais um fato que mostra o que vem a ser a chamada abertura, isto é, uma série de medidas superficiais para impressionar a nível

⁴³ Nota confidencial. SNI 003214/81, 8/12/1982. Cortesia de Aluízio Palmar.

⁴⁴ *Nosso Tempo*, 29/10/82, 15.

⁴⁵ *Nosso Tempo*, 10/3/83, 2.

O ÚLTIMO PRESO POLÍTICO: JUVÊNCIO MAZZAROLLO NO CREPÚSCULO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

internacional”⁴⁶. De certa maneira, a saga de Juvêncio tinha se tornado sinônimo das lutas políticas nacionais. Um panfleto de Partido dos Trabalhadores, no qual se anunciava uma greve geral para o dia 25 de outubro, incluiu entre as demandas a liberdade de Juvêncio, listada em terceiro lugar atrás das denúncias de leis antissalarias e do desemprego, antes mesmo da reforma agrária, da autonomia sindical, das eleições livres e diretas e da ruptura com o Fundo Monetário Internacional⁴⁷.

Enquanto a abertura continuou, a possibilidade de liberdade do Juvêncio sofreu um sério revés. Quase no fim da sua sentença inicial de um ano, Juvêncio apelou por uma libertação condicional em setembro de 1983. Em vez de conceder a liberdade, o Supremo Tribunal Militar decidiu por sete votos a quatro pelo aumento da sentença por um período adicional de dois anos⁴⁸. Esta decisão teve um impacto tremendo em Juvêncio, tanto em termos de suas convicções políticas como no seu próprio bem-estar psicológico. Como ele revelou ao seu amigo Aluizio Palmar: “só agora estou me dando conta nas mãos de quem estou... Só que não é possível qualquer otimismo em relação ao futuro. O que vejo sobre o Brasil é catastrófico. Estamos perdidos”⁴⁹. Aquele sentimento de desesperança permaneceu com Juvêncio pelo resto da sua vida. Sua viúva, Vilma Macedo, acredita que sua experiência na prisão deixou cicatrizes profundas na alma dele, relatando que Juvêncio dizia que, “ao acordar, a tristeza já o esperava”⁵⁰.

O aumento da sua sentença obrigou Juvêncio a enfrentar uma realidade que ele talvez ainda não estivesse disposto a considerar. Em vez de sucumbir à desesperança, ele decidiu fazer algo. Encorajado pelas liberdades que foram sendo conquistadas nas lutas populares, Juvêncio lançou uma greve de fome para protestar contra sua prisão. Ele entrou em greve no dia 23 de outubro de 1983, declarando que as autoridades brasileiras,

Estão me roubando estupidamente a vida por razões fúteis. Nada, absolutamente nada justifica uma punição tão severa. Não posso mais permitir – por um dever ético para com a vida que Deus me deu – que inquisidores fascistas continuem fazendo de mim o pasto em que saciam seu sadismo e que desempenha, às minhas custas, o papel de opressores

⁴⁶ Declaração da Frente Nacional do Trabalho. 22/10/1982. Fonte: acervo da família Mazzarollo.

⁴⁷ Documento do Partido dos Trabalhadores, outubro 1983. Fonte: acervo da família Mazzarollo.

⁴⁸ *Nosso Tempo*, 10/3/83, 2.

⁴⁹ Carta de Juvêncio Mazzarollo a Aluizio Palmar. Fonte: acervo da família Mazzarollo.

⁵⁰ Vilma Macedo, entrevista com autor, 27/9/2014. Foz do Iguaçu.

de toda a sociedade. ... Já fui agredido demais. A situação é insuportável. Isto tem que acabar já⁵¹.

A greve de fome atraiu a atenção da mídia nacional e ajudou a colocar pressão sob o governo. Um senador paranaense, José Richa, declarou publicamente sua intenção de interceder a nível federal⁵². Além de querer informar a nação sobre a sua luta pessoal, Juvêncio procurou usar a greve de fome como forma de protesto contra a LSN e contra a continuidade da repressão por parte do Estado brasileiro. Grupos de direitos humanos se mobilizaram pela greve de fome e a Anistia Internacional organizou uma campanha que enviou milhares de cartas de todo o mundo destinadas ao Presidente do Brasil, ao Ministro da Justiça e ao Ministro do Interior⁵³. Depois de 16 dias sem comida, Juvêncio pôs um fim à greve de fome, declarando que a ação tinha servido ao seu propósito de trazer atenção à sua causa. Além disso, ele enfatizou a ideologia dirigindo suas ações, escrevendo que, “o direito à informação é de todos; nenhum homem é livre se não tem o direito de dizer e saber a verdade; nenhum país é livre quando tem uma lei que castiga quem denuncia o crime e não pune os verdadeiros criminosos”⁵⁴.



Começando em fevereiro de 1984 (depois de 516 dias), *Nosso Tempo* imprimiu no canto superior de cada edição uma contagem da duração da prisão de Juvêncio

⁵¹ *Nosso Tempo*, 4/11/83, 23.

⁵² *Nosso Tempo*, 11/11/83, 1.

⁵³ O acervo da família Mazzarollo contém cópias de mais de 1.500 cartas que foram encaminhadas às autoridades brasileiras como parte da campanha da Anistia Internacional representando quinze países: Grécia, Tasmânia, Suécia, Suíça, Áustria, Alemanha, Bélgica, os EUA, Canadá, França, Espanha, Itália, Inglaterra, Nova Zelândia e Austrália. Fonte: acervo da família Mazzarollo.

⁵⁴ *Nosso Tempo*, 11/11/83, 2.

O ÚLTIMO PRESO POLÍTICO: JUVÊNIO MAZZAROLLO NO CREPÚSCULO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

Em março de 1984 a situação do Juvêncio mantinha-se inalterada. Embora a abertura parecesse cada vez mais iminente em nível nacional, ele ainda não estava livre. Com sua paciência esgotada, Juvêncio decidiu de novo tomar ação direta. Exatamente um ano e meio desde quando foi preso, ele começou uma segunda greve de fome. Reivindicando com “certeza absoluta” de que havia sido vítima de uma injustiça terrível, Juvêncio prometeu alimentar-se de novo só como um homem livre: “Liberdade ou morte – é a minha escolha... Tenho esperança de sobreviver, mas isso agora está nas mãos da Justiça, em quem, apesar de tudo, ainda sou levado a confiar”⁵⁵.

Suas ações – junto com a atenção da mídia gerada por uma segunda greve de fome – catalisou uma onda massiva de solidariedade. A Câmara Municipal de Foz de Iguaçu aprovou por unanimidade uma moção de apoio, declarando que “Juvêncio nada mais fez do que denunciar a corrupção e se posicionar ao lado dos menos favorecidos”. Uma comissão foi formada por membros da Assembleia Legislativa do Estado para pressionar as autoridades nacionais em Brasília a corrigir a “vergonha nacional” que se desdobrava no Paraná. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) mobilizou suas conexões para atrair apoio e atenção. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), o aparelho sindical mais militante do Brasil, organizou manifestações de solidariedade e circulou petições exigindo a liberdade do Juvêncio. Estudantes de todo o Brasil organizaram comícios e oito adolescentes em Curitiba até iniciaram a sua própria greve de fome. A solidariedade também se manifestou num palco global: em Londres, estudantes na Escola de Comunicação realizaram assembleias e montaram acampamentos de protesto⁵⁶.

A mensagem da segunda greve de fome ressoou em meio a uma população esgotada por vinte anos de ditadura. Para alegria do jornalista e dos seus apoiantes, Juvêncio Mazzarollo foi libertado da prisão por ordem do Supremo Tribunal no dia 6 de abril de 1984, depois de 10 dias em greve de fome. Essa decisão teve implicações claras para o futuro do Brasil, porque foi o Supremo Tribunal – uma entidade federal – que anulou a sentença inicial proferida pelo Tribunal Militar. O retorno do governo civil não ocorreria até o seguinte março de 1985 – e o voto direto pela presidência ainda quatro anos depois. Mas o simbolismo da libertação do Juvêncio para a abertura democrática brasileira não pode ser

⁵⁵ Carta escrita na prisão por Juvêncio Mazzarollo, 28/3/1984. Fonte: acervo da família Mazzarollo.

⁵⁶ Os detalhes dessa onda de solidariedade vêm de *Nosso Tempo*, 6/4/84, 20 e *Nosso Tempo*, 13/4/84, 15.

subestimado. Condenado em 1982, Juvêncio Mazzarollo foi libertado dois anos depois quando um movimento nacional transformou a prisão dele em uma luta pela abertura política no Brasil. Juvêncio reconheceu que seu sofrimento foi compartilhado por todos os brasileiros, escrevendo que, apesar da solidão de sua prisão, ele nunca esteve sozinho, “porque junto comigo estava o povo... Minha liberdade foi uma conquista de todos. Foi uma vitória do povo e uma vitória de Justiça”⁵⁷. Uma manchete de *Nosso Tempo* declarou: “Vencemos.” Outros jornais em todo o Brasil reportaram a liberdade do Juvêncio e centenas de apoiantes se reuniram fora da prisão em Curitiba para comemorar a conclusão de uma longa campanha que teve, até esse último momento, poucos momentos dignos de comemoração⁵⁸.

Escrevendo como um jornalista livre pela primeira vez em quase dois anos, Juvêncio creditou ao movimento de solidariedade a sua vitória. Ele elogiou a importância das ações coletivas, declarando que foi devido às mobilizações populares que “o último preso político do país pode sair de onde, por justiça, nunca devia ter entrado”⁵⁹.



Juvêncio Mazzarollo chega no aeroporto em Foz do Iguaçu depois de ser liberado de prisão. Fonte: acervo da família Mazzarollo.

⁵⁷ *Nosso Tempo*, 13/4/84, 15.

⁵⁸ “Supremos liberta o último preso político do País”, *O Estado de São Paulo*. 4/7/1984.

⁵⁹ *Nosso Tempo*, 13/4/84, 15.

Conclusão

É difícil delinear uma cronologia exata do processo de abertura no Brasil. Enquanto a maioria de historiadores localiza as primeiras raízes da abertura em 1974 com a política de distensão do presidente Geisel, é muito mais complicado estabelecer um ponto final. Alguns argumentos sobre quando a abertura chegou ao fim enfocam as leis de reforma de 1979: a anistia foi estabelecida e a oposição legal foi autorizada a formar novos partidos. Outra conclusão interessante é a eleição de 1982, um sucesso para os partidos da oposição que foi considerado como um divisor de águas no processo de democratização.

O problema com esta afirmação, no entanto, é que ele assuma que os eventos que ocorreram no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília reverberaram no mesmo nível e escala de tempo em todo o Brasil. O caso de Juvêncio Mazzarollo é um exemplo que força uma reinterpretação de como a transição do Brasil foi experimentada em todo o país. Embora seja verdade que a abertura estivesse fundamentalmente em situação avançada em 1982, a prisão de Juvêncio mostrou que nem todos os brasileiros pertenciam a essa sociedade democrática cada vez mais alargada. Seus dois anos de prisão sob a Lei de Segurança Nacional desmentem a suposição de que a repressão a jornalistas e dissidentes políticos era quase inexistente no início dos anos 1980. Para uma compreensão das realidades locais sob a ditadura, é claro que as elites de Foz do Iguaçu consideravam-se acima do processo de abertura e que se recusaram a abrir mão de seu controle sobre o poder. Do ponto de vista nacional, a campanha para a conquista da liberdade de Juvêncio indicou que, para um setor da sociedade brasileira, a democracia permaneceu uma noção distante.

Quase doze meses se passaram entre a liberdade de Juvêncio e o dia em que o governo militar oficialmente entregou o poder, mas o jornalista e a sua nação tinham trilhado um caminho comum. Muitas batalhas permaneceram para aqueles que lutaram pelo fim do regime militar, mas a liberação de Juvêncio foi um exemplo de que a abertura democrática brasileira foi finalmente se aproximando. Após 562 dias de prisão, Juvêncio estava livre. De maneira mais significativa, após duas décadas de repressão, o próprio Brasil esteve perto de vencer a sua própria libertação das garras de autoritarismo. O retorno da democracia foi possível porque vários modos de oposição se formaram em todos os níveis da sociedade. Embora historiadores ainda não têm creditado o seu papel na abertura política do Brasil, Juvêncio Mazzarollo e os agricultores sobre os quais ele escreveu eram

figuras importantes neste mesmo processo. Como jornalista, Juvêncio ajudou a amplificar o movimento dos agricultores e, como um prisioneiro, ele se tornou em símbolo da vida sob a ditadura.

Este artigo não pretende elevar o caso do Juvêncio Mazzarollo ao mesmo nível que as reformas de 1979, as eleições de 1982, ou a campanha pelas Diretas Já. Esses eventos representaram mudanças fundamentais na estrutura da política brasileira e na dinâmica das forças populares por trás deles. Embora em menor escala, a história de Juvêncio envolveu os mesmos processos de mobilização coletiva que formou o núcleo da democratização. Enquanto continuamos a construir uma compreensão mais completa do regime militar no Brasil, será essencial complementar o estudo da ditadura com um exame mais atento do processo de abertura. O caso do Juvêncio Mazzarollo – o último preso político – fornece novo terreno fértil para compreender as complexidades desse período de transição.

Referências bibliográficas

Arquivos:

Centro de Documentação de Itaipu Binacional, Foz do Iguaçu, Brasil.

Centro de Direitos Humanos e Memória Popular in Foz do Iguaçu, Brasil

Arquivo Público do Paraná, Curitiba, Brasil.

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Brasil.

Arquivo Estadual de São Paulo, Brasil.

Acervo pessoal de:

Darci Apio, Rio Bonito do Iguaçu, Brasil.

Werner Fuchs, Curitiba, Brasil.

A família Mazzarollo, Foz do Iguaçu, Brasil.

Alúzio Palmar, Foz do Iguaçu, Brasil.

Teolide Turacatel, Medianeira, Brasil.

O ÚLTIMO PRESO POLÍTICO: JUVÊNIO MAZZAROLLO NO
CREPÚSCULO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

Entrevistas:

Vilma Macedo, 9/27/2014. Foz do Iguaçu, Brazil.

Werner Fuchs, 7/13/2013. Curitiba, Brazil.

Jornais:

Folha de São Paulo

Hoje

Nosso Tempo

O Estado do Paraná

Poeira

The New York Times (EUA)

Time Magazine (EUA)

Veja

Bibliografia:

ALMEIDA, José Ernani de. *Denuncismo e censura nos meios de comunicação de Passo Fundo, 1964-1978*. Passo Fundo, RS: Méritos Editora Ltda, 2006.

ALVES, Maria Helena Moreira. *State and opposition in military Brazil*. Austin: University of Texas Press, 1985.

Idem. Interclass alliances in the opposition to the military in Brazil: consequences for the transition period. In: ECKSTEIN, Susan (ed.). Berkeley: University of California Press, 1989.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, estado autoritário, 1968-1978: o exercício cotidiano da dominação e da resistência, O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

ARANHA, Renato Muchiuti. *Jornal Nosso Tempo e Itaipu: disputas políticas em Foz do Iguaçu (1980-1983)*. *Anais... II Congresso Internacional de História, Jataí*, 2012.

BYRONS, Christopher; BEATY, Jonathan; BOLTE, Gisela. Big Profits in Big Bribery. *Time Magazine*, 3/16/1981, 60-65.

JACOB BLANC

CHINEM, Rivaldo. *Jornalismo de guerrilha: a imprensa alternativa brasileira, da ditadura à internet*. São Paulo: Disal, 2004.

DASSIN, Joan R. The Brazilian Press and the Politics of Abertura. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 26, n. 3, p. 385-414, 1984.

Idem; WRIGHT, Jamie. 1998. *Torture in Brazil a Shocking Report on the Pervasive Use of Torture by Brazilian Military Governments, 1964-1979*. Austin: Institute of Latin American Studies, 1998.

EVANS, Peter B. *Dependent Development: the alliance of multinational, State, and local capital in Brazil*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1979.

GERMANI, Guiomar I. *Expropriados terra e agua: o conflito de Itaipu*. Salvador: EDUFBA/ULBRA, 2003.

GREEN, James N. *We cannot remain silent: opposition to the Brazilian Military Dictatorship in the United States*. Durham: Duke University Press, 2010.

KANDELL, Jonathan. Itaipu Dam: Brazil's Giant Step. *New York Times*, 6/11/1976, 29.

KECK, Margaret E. *The Workers' Party and democratization in Brazil*. New Haven: Yale University Press, 1992.

KINZO, Maria D. G. *Legal opposition politics under authoritarian rule in Brazil: the case of the MDB, 1966-79*. New York: St. Martin's Press, 1988.

KUCINKSI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

Idem. *O fim da ditadura militar: o colapso do "milagre econômico", a volta aos quartéis, a luta pela democracia*. São Paulo: Contexto, 2001.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MAZZAROLLO, Juvêncio. *A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu*. 2. ed. Curitiba: Comissão Pastoral da Terra do Paraná, 2003.

Idem. *A taipa da injustiça: Itaipu x agricultores expropriados*. Curitiba: Comissão Pastoral da Terra do Paraná, 1980.

MOLICA, Fernando; LUIZ, Antero. *10 reportagens que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

MONTEIRO, Nilson. *Itaipu, a luz*. Curitiba: Itaipu Binacional. Assessoria de Comunicação Social, 2000.

O ÚLTIMO PRESO POLÍTICO: JUVÊNIO MAZZAROLLO NO
CREPÚSCULO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

MORAES, João Quartim de. *Dictatorship and armed struggle in Brazil*. New York: Monthly Review Press, 1972.

PEREIRA, Moacir. *O golpe do silêncio: imprensa, censura e medidas de emergência*. São Paulo: Global Editora, 1984.

REIMÃO, Sandra. *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*. São Paulo, SP, Brasil: EDUSP, 2011.

RIBEIRO, Maria F. B. *Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu*. Cascavel, PR: Edunioeste, 2002.

SANDERS, Thomas G. *The Itaipu hydroelectrical project*. UFSI Reports 1982/no. 35. Hanover, NH: Universities Field Staff International, 1982.

SERBIN, Kenneth. Brazil's slow road to democratization: 1974-1985. In: STEPAN, Alfred C. *Democratizing Brazil: problems of transition and consolidation*. New York: Oxford University Press, 1989, 5-42.

SKIDMORE, Thomas. *The politics of military rule in Brazil, 1964-85*. New York: Oxford University Press, 1988.

SMITH, Anne-Marie. *A forced agreement press acquiescence to censorship in Brazil*. Pittsburgh, Pa: University of Pittsburgh Press, 1997.

STEPAN, Alfred. *Rethinking military politics: Brazil and the Southern Cone*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1988.

Idem. 1989. *Democratizing Brazil: problems of transition and consolidation*. New York: Oxford University Press.

STERN, Steve J. *Reckoning with Pinochet: the memory question in democratic Chile, 1989-2006*. Durham, NC: Duke University Press, 2010.

WHITE, John H. 2010. *Itaipu: gender, community, and work in the Alto Paraná borderlands, Brazil and Paraguay, 1954-1989*. Tese (Doutorado) – University of New Mexico, 2010.